



## O RETRATO HISTÓRICO DE GÊNERO E ETNIA NAS REITORIAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DA BAHIA<sup>1</sup>

Josias Benevides da Silva<sup>2</sup>  
Luci Mara Bertoni<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

As relações de poder, nas universidades públicas estaduais do Estado da Bahia, em boa medida, seguem a mesma lógica das relações de poder observadas na sociedade capitalista contemporânea. Nota-se, portanto, a presença, quase que unânime, de homens brancos na história das reitorias universitárias, não só na Bahia, mas em todo o território nacional, especialmente quando se trata não apenas da questão de gênero, mas também de etnia.

Trata-se de uma pesquisa relevante e inovadora, pois há lacunas no conhecimento sobre este assunto, especialmente a respeito da gestão central das universidades no Estado da Bahia, com estudos voltados para a questão de gênero e etnia, questões essas postas em xeque no atual contexto histórico e político que estamos atravessando no Brasil.

Se fizermos uma rápida visita às salas das reitorias das universidades públicas baianas, ao observarmos as galerias dos reitores, ficará fácil perceber em que mãos a gestão esteve durante toda a história das nossas universidades. Resta-nos, então, problematizar o porquê dessa concentração de poder e o papel da mulher, sobretudo negra, à frente das Instituições públicas do Ensino Superior, em uma concepção das “ausências e das emergências”, como diria Nilma Lino Gomes, ao citar Boaventura de Souza Santos (informação verbal).<sup>4</sup>

1 Este resumo expandido foi organizado a partir do projeto de pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luci Mara Bertoni.

2 Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e em Educação e Contemporaneidade, pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente é doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade, da UESB- Campus de Vitória da Conquista.

3 Professora Titular do DFCH da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). Líder do grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Políticas, Álcool e Drogas (GePAD/MP/UESB). Endereço eletrônico: profaluci@uesb.edu.br

4 Palestra proferida pela professora doutora Nilma Lino Gomes, no Campus XII da UNEB, em 12 de



Partindo dessa premissa das ausências e emergências no contexto acadêmico das universidades públicas estaduais da Bahia, cabe indagar: em que medida as relações de poder que se estabelecem no contexto das universidades restringem ou definem o espaço ocupado pela mulher, em especial a mulher negra, no espaço da gestão dessas instituições?

Considera-se neste estudo que muitas mulheres, ao longo da história das universidades públicas baianas, ocuparam e ocupam cargos importantes na gestão das IES. Muitas delas eleitas para a diretoria dos *campi*, mas somente duas mulheres negras ascenderam-se ao cargo máximo da universidade, que é o de reitor. Parece-nos que não se trata apenas de uma questão de sorte e/ou competência, mas sim de um território marcado e ocupado por homens brancos, tal qual acontece em outros espaços de poder na sociedade capitalista contemporânea. Aqui está o desafio da reflexão e do debate: compreender essas relações de poder e problematizar a gestão das IES públicas baianas, trazendo à tona a questão de gênero e etnia.

Portanto, o objetivo central deste estudo é analisar as relações de poder na história da gestão das universidades públicas estaduais da Bahia e sua relação com a questão de gênero e etnia.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa em andamento será realizada com base na Teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2005) e será desenvolvida nas universidades públicas estaduais da Bahia, com mulheres que foram (ou que ainda são) reitoras e pró-reitoras, ouvindo-as através das entrevistas não estruturadas e aprofundadas, tendo como a análise dos dados o tipo análise de conteúdo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste resumo apresentamos conceitos e concepções sobre gestão, gestão universitária, poder e suas relações, bem como a questão de gênero e etnia nessas relações de poder, especialmente nas instituições públicas universitárias.



Para a elaboração deste estudo parte-se do pressuposto teórico proposto por Bobbio (2012) e Foucault (1979), quando entendem que a sociedade, ao longo da história, se estabelece nas relações de poder e nunca é estática. Está sempre em movimento, em disputa, portanto o poder é relacional. Apropria-se de uma fatia maior do poder a parcela da sociedade que disponha da hegemonia econômica, política e ideológica. Essa percepção de sociedade aponta para a observação de como se estabelecem as relações de poder no contexto universitário, objeto central deste estudo.

Tomando a teoria de poder, gestão, gênero e etnia, serão apresentados os conceitos basilares da teoria que cimenta a discussão aqui elencada, bem como os caminhos metodológicos a serem seguidos.

São várias as concepções de gestão que compõem essa área do conhecimento: gestão pública, gestão privada ou particular, gestão democrática, gestão participativa, gestão colegiada, gestão autoritária, gestão centralizadora, dentre tantas outras.

Governar é gerir programas e projetos para atender às demandas e necessidades sociais, a partir dos recursos advindos dos impostos que a população paga. As diversas instituições, especialmente as públicas, auxiliam os governos federal, estaduais e municipais a realizarem a gestão pública.

A etimologia da palavra gestão vem do latim (*gerere*) e significa governar, conduzir, dirigir (OLIVEIRA, 2005). A gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização (LIBÂNEO, 2007, p.318). Em sociedades que se dizem e pretendem ser democráticas, as decisões da gestão não devem ser tomadas apenas por alguns em detrimento de muitos. É preciso que a democracia participativa funcione no interior da democracia representativa. Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática (BOBBIO, 2000, p.35).

A gestão de uma universidade, especialmente no contexto atual, não é tarefa fácil, dado a sua complexidade, e exige uma equipe muito bem capacitada para essa tarefa. Se a universidade é *multicampi*, o desafio é ainda maior. Segundo Fialho (2005), a universidade, para cumprir suas finalidades estatutárias e de gestão, no seu tripé: ensino, pesquisa e extensão, precisa levar em conta seu contexto político, histórico, geográfico, econômico, logística da distribuição de recursos, do corpo docente, fluxo de informações e comunicação, dentre outros fatores.

O poder é a busca de todos os seres humanos e está distribuído conforme a economia, a ideologia e a política. Segundo Foucault (1979, p.8). Esse mesmo autor diz que o poder tem que ser analisado como algo relacional, que circula e nunca está ali,



aqui ou acolá; nunca é apropriado em definitivo e que funciona e se exerce em rede. Nos estudos de Bobbio (2012), semelhantes aos de Foucault, o poder pode ser classificado em três tipos: econômico, ideológico, e político, ou seja, da riqueza, do saber, e da força e o autor complementa.

Isso não difere da realidade dentro das universidades, onde a hegemonia do poder se concentra nas mãos de quem mais se aproxima da riqueza, do saber e da força, identificando-se mais com o gênero masculino e com a etnia branca, fato facilmente observado nas galerias expostas nas salas das reitorias das universidades públicas estaduais da Bahia.

Diferentes estudos sobre gênero apontam uma ligeira melhora na afirmação de identidade e aceitação do outro, como alguém capaz de, não só constituir a sociedade, mas dela participar e contribuir para as mudanças necessárias ao convívio salutar da humanidade. Nessa perspectiva, Luci Mara Bertoni e Ana Lúcia Galinkin (2014), reconhecem que, a partir dos movimentos feministas, notam-se mudanças nas representações sociais de homens e mulheres, quanto aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º. Para as autoras supracitadas, gênero, como conceito normatizador das relações sociais, organiza de forma concreta e simbólica toda a vida social. Tratando-se de um constructo social, os papéis desempenhados são aprendidos nas diversas relações sociais que se estabelecem nos espaços de convívio dos sujeitos, e que se desenvolvem nas diversas práticas que implicam as aprendizagens de estereótipos e identidades, bem como a divisão de espaços, tempos etc. (BERTONI e GALINKIN, 2014, p.16) Porém, essas relações não se dão de maneira tranquila, passiva e fácil. Trata-se de um território em disputa e constantes afirmações. Espaços de hegemonia e contra-hegemonias, em que o poder transita, a partir da dialogicidade, da dialética e do conflito, conforme ilustra Radl-Philipp (2014, p. 49):

Es preciso indagar, entonces, em el proceso de la construcción social de las identidades de género conceptualizando a éste como un proceso sumamente complejo e complicado em el cual el próprio sujeto construye y reconstruye activamente los contenidos estructurales de los roles de género, esto es, analizar desde una óptica teórico interaccionista esta dinámica de la construcción social de las identidades de género.

Historicamente, exploradas e oprimidas, as mulheres recebem menos proteção das leis trabalhistas, diferença salarial, diferença na jornada e condições de trabalho, em relação aos homens, sendo-lhes negando a própria cidadania. (COSTA; SARDENBERG, 2008). É fato que, nos últimos dez anos, as políticas de inclusão e redução das desigualdades



sociais caminhavam para uma melhor distribuição do poder entre homens e mulheres, negros, brancos e índios. Entretanto, nos últimos meses observa-se um retrocesso nessas políticas com sérios agravamentos nas relações de poder.

A esse respeito nos alerta Quirino: Os diversos indicadores produzidos a respeito da presença de mulheres nos espaços de poder e decisão têm permitido, cada vez mais, denunciar, de forma incontestável, a quase ausência feminina nestes espaços, evidenciando que, a participação das mulheres, nos espaços de poder e decisão, continuam sendo um desafio para a sociedade brasileira (QUIRINO, 2014, p.11).

## CONCLUSÃO

Portanto, esse quadro se agrava quando se trata não apenas da questão de gênero, mas também da questão de etnia, quando podemos observar que a mulher negra, historicamente no Brasil, tem sido excluída da participação do poder nas instituições públicas, sendo a elas designadas as funções hierarquicamente inferiores e menos remuneradas. Este é, portanto, o grande desafio da sociedade contemporânea, distribuir as relações de poder entre os desiguais, o que se tornou uma tarefa ainda mais difícil no contexto social, político e econômico em que vivemos.

**Palavras-chave:** Gestão. Poder. Gênero. Etnia.

## REFERÊNCIAS

BERTONI. Luci Mara; GALINKIN. Ana Lúcia (Org.). Apresentação. **Em Aberto**. Brasília, v. 27, n. 92, jul./dez. 2014.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estado, Governo, Sociedade:** para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e



Terra, 2012.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. **O Feminismo do Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

FIALHO, Nádia Hage. **Universidade multicampi.** Brasília: Autores Associados: Plano, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 3. ed. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora. **Gestão educacional:** novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

RADL-PHILIPP, Rita. Educación y socialización humana, identidades y nuevos roles de género femenino y masculino: el género a debate. **Em Aberto.** Brasília, v. 27, n. 92, p. 45-56, jul./dez. 2014.

QUIRINO, Raquel. (Org.). **Relações de Trabalho, Educação e Gênero.** Jundiaí: Pacto, 2014.